



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO

RESOLUÇÃO IFTM Nº 249 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação da Resolução **ad referendum** IFTM nº 103/2022, que versa sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio - **Campus** Patrocínio - Polo Coromandel

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008 e a Portaria nº 635 de 08/06/2021, publicada no DOU de 09/06/2021 e Portaria nº 1.446 de 30 de novembro de 2021, publicada no D.O.U. do dia 01 de dezembro de 2021, e

Considerando a reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro do dia 01 de setembro de 2022; e

Considerando os autos do processo 23199.009811/2022-15.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, com adequações, a Resolução **ad referendum** IFTM nº 103/2022, que versa sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio - Campus Patrocínio - Polo Coromandel.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba, 01 de setembro de 2022.

Deborah Santesso Bonnas

Presidente do Conselho Superior do IFTM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PATROCÍNIO
POLO CORONAMDEL

***Projeto Pedagógico do Curso Técnico
em Agronegócio***

COROMANDEL
2022



**INSTITUTO
FEDERAL**
Triângulo Mineiro

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO - *CAMPUS* PATROCÍNIO
POLO COROMANDEL**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga**

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Tomás Dias Sant'Ana**

**REITORA
Deborah Santesso Bonnas**

**PRÓ-REITOR DE ENSINO
Márcio Jose de Santana**

**DIRETOR GERAL
Marlúcio Anselmo Alves**

**COORDENADOR GERAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Guilherme de Freitas Borges**

**COORDENADOR DO CURSO
José Geraldo Fernandes Peres de Souza**

**COORDENADORA DO POLO
Janaina Junqueira Valaci Cruvinel**

NOSSA MISSÃO

Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido

ÍNDICE

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	06
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	07
3 ASPECTOS LEGAIS	08
3.1 Legislação referente à criação, autorização	08
3.1.1 Criação.....	08
3.1.2 Autorização da Oferta do Curso.....	08
3.2 Legislação referente ao curso	08
3.3 Legislação referente à regulamentação da profissão	10
4 BREVE HISTÓRICO DO <i>CAMPUS</i>	11
5 JUSTIFICATIVA	12
6 OBJETIVOS	14
6.1 Objetivo Geral	15
6.2 Objetivos Específicos	15
7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR	15
8 PERFIL DO EGRESSO	17
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	18
9.1 Formas de Ingresso	18
9.2 Periodicidade Letiva	18
9.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais e/ou semestral	19
9.4 Prazo de Integralização da carga horária	19
9.5 Organização dos tempos e espaços de aprendizagem	19
9.6 Matriz Curricular	20
9.7 Resumo da Carga Horária	22
9.8 Distribuição da Carga Horária Geral	22
10 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	22
11 ATIVIDADES ACADÊMICAS	23
11.1 Estágio	23
11.1.1 Obrigatório.....	24
11.1.2 Não obrigatório.....	25
11.2 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	25
12 UNIDADES CURRICULARES	26
12.1 UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS	50
13 INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	54
13.1 Relação com a Pesquisa	54
13.2 Relação com a Extensão	55
13.3 Relação com os outros cursos da Instituição e/ou área respectiva	56
14 AVALIAÇÃO	56
14.1 Sistema de Avaliação, Recuperação da aprendizagem e Aprovação	58
14.1.1 Dos Estudos de Recuperação.....	59
14.1.2 Estudos de Dependência.....	61
14.2 Auto avaliação do Curso	62
15 ATENDIMENTO AO DISCENTE	62
16 COORDENAÇÃO DE CURSO	64
16.1 Equipe de apoio e atribuições: colegiado do curso, professor orientador de estágio, Setor Pedagógico e coordenadores, professores	66
16.1.1 Setor Pedagógico.....	66

16.1.2	Colegiado de curso.....	67
16.1.3	Professor orientador de estágio.....	68
17	CORPO DOCENTE.....	68
18	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	68
18.1	Corpo técnico administrativo.....	69
19	AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO.....	69
19.1	Salas.....	69
19.2	Biblioteca.....	70
19.3	Laboratórios de formação geral.....	70
20	RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	70
21	DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.....	71
21.1	Certificação Intermediária.....	71
21.2	Certificação final.....	72
	REFERÊNCIAS.....	72

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Campus: Patrocínio – MG – Polo Coromandel

CNPJ:10.695.891/0009-59

Endereço: Av. Lília Terezinha Lassi Capuano, 255 – Bairro Universitário - CEP: 38747-792
Patrocínio – MG.

Sítio: www.iftm.edu.br/patrocínio/

E-mail: dg.ptc@iftm.edu.br / ensino.ptc@iftm.edu.br

Endereço do Polo: Rua Marechal Floriano, 74 - Centro - CEP: 38550-000

Coromandel - MG

Sítio: <https://iftm.edu.br/patrocínio/>

Cidade: Coromandel – MG

Telefone: (34) 3841-1344

E-mail: coromandel@iftm.edu.br

Mantenedora: Prefeitura Municipal de Coromandel

Endereço da Reitoria: Av. Doutor Randolpho Borges Júnior, nº 2900 – Univerdecidade – CEP:
38.064-300 Uberaba-MG

Telefones da Reitoria: Tel: (34)3326-1100/ Fax:(34)3326-1101

Sítio da Reitoria: <http://www.iftm.edu.br>

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio.

Titulação conferida: Técnico em Agronegócio.

Forma: Concomitante

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais.

Turnos de funcionamento: Noturno

Integralização - Mínima: Quatro semestres

Máxima: Oito semestres

Carga horária total: 1300 horas

Carga horária das Unidades Curriculares: 1.200 horas.

Carga horária do Estágio Curricular: 100 horas.

Nº de vagas ofertadas: 35

Ano da 1ª Oferta: 2022.2

Início de vigência deste PPC: 2022.2

Comissão Responsável pela Elaboração do Projeto:

Portaria DG-PTC Nº 28, de 12 de abril de 2022

Leandro Batista Machado
Danilo Costa das Chagas
Guilherme de Freitas Borges
Leonídia Alyne de Ávila
Maria Goretti Teresinha dos Anjos e Santos
Marlucio Anselmo Alves
Ricardo Wiliam Pinheiro

Guilherme de Freitas Borges
Coordenador Geral de Ensino, Pesquisa e
Extensão do *Campus* Patrocínio

Marlúcio Anselmo Alves
Diretor Geral do *Campus* Patrocínio
Carimbo e Assinatura

3 ASPECTOS LEGAIS

3.1 Legislação referente à criação, autorização.

3.1.1 Criação.

- Portaria DG-PTC N° 28, de 12 de abril de 2022 - *Campus Patrocínio*.

3.1.2 Autorização da Oferta do Curso.

- Resolução “AD REFERENDUM” IFTM N° 102 de 15 de junho de 2022.

3.2 Legislação referente ao curso

- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- Lei n° 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei n° 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei n° 9.503/97, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei n° 9.795/1999, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei n° 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei n° 10.436/2002, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- Lei n° 10.741/2003, de 1° de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- Lei n° 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- Lei nº 11.741/2008, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.
- Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 11.982/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
- Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação/o básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2005, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- Lei nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei 13.425/2017, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nº s 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.
- Lei nº 13.666/2018, de 16 de maio de 2018. Altera a **Lei** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (**Lei** de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.
- Lei nº 14.164/2021, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
- Decreto nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

- Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 7.037/2009, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto n.º 10.502 de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- Resolução n.º 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2/2012, de 15 de janeiro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução n.º 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CP nº. 1/2012 de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.
- Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

3.3 Legislação referente à regulamentação da profissão

- Lei n.º 5.524, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.
- Decreto n.º 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.
- Decreto n.º 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe

sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

- Lei n.º 13.639, de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.
- Portaria do n.º 3.156, de 28 de maio de 1987. Criação, no quadro de atividades e Profissões a que alude o art. 577 da CLT, o 34º grupo - "Técnicos Industriais de Nível Médio (2º grau)" - do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

4 BREVE HISTÓRICO DO *CAMPUS*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. O IFTM, sendo composto por uma Reitoria e seus *campi*, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC (IFTM, 2014).

Em Patrocínio, o IFTM iniciou suas atividades como Polo do *Campus* Uberaba em 03 de agosto de 2009, por meio do Termo de Mútua Cooperação realizado com a Prefeitura Municipal da cidade, visando, inicialmente, a criação do curso Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio. Localizado na Avenida Líria Terezinha Lassi Capuano, nº. 255, Bairro Universitário, em uma área de três hectares, doada pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio. Sua sede foi inaugurada em fevereiro de 2010.

Nesse mesmo ano, o Polo foi transformado em *Campus* Avançado, e, com vistas ao atendimento da demanda pelos profissionais das áreas de Gestão e Negócios, Controle e Processos Industriais, Comunicação e Informação, passou a ofertar também os cursos Técnicos em Eletrônica e Contabilidade Concomitantes ao Ensino Médio, bem como o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No ano de 2013, por meio da Portaria MEC nº. 330, de 23 de abril, o *Campus* Avançado Patrocínio recebeu sua autorização de funcionamento, compondo, assim, a nova estrutura organizacional do IFTM como um de seus *Campi*.

Diante dessa conquista foi possível a implementação dos cursos técnicos integrados ao Ensino médio em Administração, Eletrônica e Manutenção e Suporte em Informática, bem como o curso superior de tecnologia em Gestão Comercial, sedimentando, assim, o princípio da verticalização, um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Em 2015, foi implantada a unidade gestora (UG) no *Campus*, o que possibilitou à instituição, tornar-se independente administrativamente do *Campus* Uberaba, podendo realizar suas próprias licitações e gestão financeira.

Nesse contexto de expansão, em 2017, a instituição também passou a ofertar o curso de graduação em Engenharia Elétrica. A proposta de criação desse curso ocorreu em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em 2018 o *Campus* Patrocínio do IFTM passou a ofertar o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Negócios.

No ano de 2020 o Curso Técnico em Contabilidade integrado ao ensino médio, passou a compor o rol de cursos ofertados pelo *campus*, oferecendo assim mais oportunidades para os discentes concluintes do ensino fundamental.

Em 2022, iniciam-se as atividades do Polo Coromandel, vinculado ao *Campus* Patrocínio do IFTM, com a oferta dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agronegócio, concomitantes ao ensino Médio. O referido polo está localizado na Rua Marechal Floriano, n. 74 - Centro, em Coromandel/MG, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Coromandel, e operado pelo IFTM *Campus* Patrocínio, que tem como missão, ofertar a educação profissional e tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

5 JUSTIFICATIVA

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2021) o PIB, Produto Interno Produto do agronegócio mineiro subiu de 115,6 bilhões em 2019 para 150,8 bilhões em 2020 o que representou uma evolução de 18,0% para 22,6% na participação deste setor na economia do Estado. A análise destes indicadores, juntamente com a análise dos indicadores nacionais, mostra a importância do agronegócio para a economia do Brasil e de Minas Gerais.

Inserido neste contexto do agronegócio mineiro está o município de Coromandel que possui 955 empresas atuantes com um PIB de aproximadamente R\$ 1 bilhão o que o coloca como o 95º no ranking do estado, se destacando entre várias cidades da região do Alto Paranaíba e do próprio estado de Minas Gerais (IBGE, 2019).

Quando se analisa especificamente a atividade agropecuária Coromandel chega a um PIB de aproximadamente R\$ 360 milhões ocupando a 5ª posição no ranking do estado de Minas Gerais ficando à frente de municípios como Patrocínio e Patos de Minas. Dentro da atividade agropecuária merece destaque a produção de milho em grãos com 88.560 toneladas e ocupando a 9ª posição no ranking do estado de Minas Gerais. Também merece destaque a produção de soja em grãos com 79.560 toneladas, fazendo com que o Município ocupe a 6ª posição no ranking do estado (IBGE, 2019).

Conforme dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017) Coromandel possui 2.008 estabelecimentos agropecuários sendo a maioria, 1.641, de produtores individuais. Um indicador importante ao se considerar a justificativa para oferta de um curso técnico em agronegócio é o número inexpressivo de produtores com curso técnico em nível médio, apenas 114. Mesmo somando a este número os produtores com curso superior ou especialização não se atinge 20% do total, o que indica a existência de um público potencial para um curso técnico na área.

Uma vez exposta a importância do agronegócio para o arranjo produtivo local é importante enfatizar que o Polo Coromandel do IFTM - *Campus* Patrocínio, ao ofertar o Curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio pretende não somente oferecer a formação profissional mas também promover uma educação alinhada ao contexto do mundo contemporâneo, para que esse profissional, ao administrar ou gerenciar um empreendimento, adote uma visão sistemática e crítica da realidade social, cultural, econômica e ambiental do meio onde está inserido.

Considerando o arranjo produtivo local, necessário para a oferta do Curso Técnico em Agronegócio, é possível observar um alinhamento com esse profissional, que será qualificado para atuar na área de gestão e negócios, capaz de executar as funções gerais de apoio administrativo em empresas ligadas ao agronegócio, com ética e responsabilidade.

Além disso, se tem como objetivo capacitar os discentes para atuarem como pequenos empreendedores, por meio do estudo e aplicação de técnicas de planejamento, organização, coordenação e controle dos processos administrativos e das relações interpessoais dentro do contexto do agronegócio contribuindo para um maior rendimento da empresa e satisfação de seus colaboradores.

Em face das considerações relatadas e diante da necessidade de fortalecer o papel dos Institutos Federais frente à formação profissional dos discentes, seja em nível regional ou nacional, levando-se em consideração as demandas do contexto atual, o Curso Técnico em Agronegócio foi estruturado com o objetivo de expandir e democratizar a oferta de Ensino

Técnico, proporcionando à comunidade um ensino de qualidade por meio da formação integral do ser humano, abordando a complexidade da realidade econômica, política e social nacional e internacional, tendo em vista as necessidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Outro aspecto relevante é quanto à natureza social da área do agronegócio, presente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos, que dá ao técnico em agronegócio possibilidades de executar funções de apoio administrativo, desenvolver habilidades para lidar com pessoas, capacidade de comunicação e visualizar a empresa de maneira sistêmica.

Tais características fazem com que os profissionais formados nessa área possam trabalhar em vários segmentos do mercado, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, garantindo aos egressos do Curso Técnico em Agronegócio maior empregabilidade, bem como maior mobilidade no interior de uma mesma organização na qual se integram unidades de natureza e/ou de portes distintos.

Nessa perspectiva, o Polo Coromandel do IFTM se propõe a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio, na forma concomitante, presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Agronegócio, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

6 OBJETIVOS

Para a atuação como Técnico em Agronegócio, são fundamentais os conhecimentos e saberes relacionados à produção agropecuária, ao empreendedorismo, à gestão de negócios, bem como a atualização em relação às inovações tecnológicas, a cooperação de forma construtiva e colaborativa nos trabalhos em equipe e na tomada de decisões além da adoção de senso investigativo, visão sistêmica das atividades e processos, capacidade de comunicação e argumentação, autonomia, proatividade, liderança, respeito às diversidades nos grupos de trabalho, resiliência frente aos problemas, organização, responsabilidade, visão crítica, humanística, ética e consciência em relação ao resultado do trabalho (CNCT, 2022).

6.1 Objetivo Geral

Formar e qualificar profissionais com conhecimento técnico em Agronegócio, para participar no desenvolvimento da sociedade, colaborando na sua formação contínua e oferecer atualização e aperfeiçoamento dos profissionais na área tecnológica agropecuária, bem como desenvolver projetos sustentáveis adequando-os às necessidades regionais, rurais e sociais.

6.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos a serem alcançados com a oferta do Curso Técnico em Agronegócio, destacam-se os seguintes:

- Formar técnicos em Agronegócio, preparados para desenvolver ações pontuais objetivando e viabilizando a mudança nas cadeias produtivas do agronegócio introduzindo as novas formas de gestão, priorizando o bem-estar comunitário;
- Identificar problemas de gestão da propriedade rural e de produção agropecuária;
- Reconhecer os processos e sistemas agroindustriais e de melhoria da qualidade de produtos e serviços agropecuários;
- Promover ações de gestão agropecuária e de comercialização;
- Implementar técnicas de comercialização para melhoria de processos;
- Verificar a viabilidade econômica, financeira, mercadológica e social de cooperativas e associações;
- Agregar valor a produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, melhorando assim seus rendimentos;
- Incentivar a introdução de métodos de produção agropecuária que priorizam o aumento da produtividade, a preservação do solo e a qualidade de vida dos que moram no campo;
- Estimular atividades alternativas para aumentar as opções de renda dos que vivem no campo.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR

O currículo dos cursos técnicos será orientado pelos seguintes princípios:

I - Formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e a preparação para o exercício das profissões técnicas;

- II - Projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
- III - Pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;
- IV - Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- V - Respeito aos direitos humanos como direito universal;
- VI - Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade; das formas de produção de trabalho e das culturas;
- VII - Sustentabilidade ambiental;
- VIII - Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;
- IX - Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.
- X - Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- XI - Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- XII - Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XIII - Reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIV - Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XV - Respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- XVI - Observância ao tratamento metodológico que evidencie a contextualização, flexibilidade, diversificação, atualização, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias

a ele vinculadas, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social.

XVII - Interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular.

8 PERFIL DO EGRESSO

Considerando o novo perfil traçado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional e Tecnológica, além da observância às tendências nacionais e internacionais da profissão de técnico, o egresso do Curso Técnico em Agronegócio estará apto a:

- Promover a gestão de negócios e coordenar a cadeia produtiva nas operações de produção, armazenamento, processamento, distribuição e comercialização de produtos e derivados;
- Elaborar, projetar e executar a gestão da cadeia produtiva rural (agrícola, pecuária e agroindustrial);
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção rural;
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial;
- Captar e aplicar linhas de crédito compatíveis com a produção rural;
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- Idealizar ações de marketing aplicadas ao agronegócio;
- Executar ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas rurais;
- Programar ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade rural;
- Avaliar custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agrícolas;
- Executar a gestão econômica e financeira na produção rural;
- Administrar e gerenciar propriedades rurais e agroindustriais (CNCT, 2022).

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

9.1 Formas de Ingresso

O ingresso no Curso Técnico em Agronegócio concomitante ao Ensino Médio, no Polo Coromandel, far-se-á por meio de processo seletivo, aberto ao público, a partir do número de vagas estipulado no item dois - Identificação do Curso - de acordo com as normas estabelecidas em edital próprio, sendo que o estudante interessado em se inscrever deverá ter concluído ou estar cursando o ensino médio.

O ingresso também poderá ocorrer por meio de transferência interna e/ou externa de acordo com a disponibilidade de vagas remanescentes, respeitando o regulamento do IFTM e edital próprio.

O processo seletivo será divulgado por meio de edital publicado no site institucional, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo, além do número de vagas oferecidas.

A aprovação e ingresso dos candidatos obedecerão ao processo classificatório, sendo admitido o número de candidatos indicados no edital de seleção.

As matrículas serão efetuadas seguindo a ordem de classificação dos candidatos, nos locais e horários definidos no cronograma estabelecido pelo IFTM *Campus* Patrocínio e nos termos regimentais.

Ocorrendo desistência ou cancelamento da matrícula, os candidatos não classificados na primeira chamada poderão ser convocados, sendo que a segunda e as demais convocações dar-se-ão a partir do primeiro dia após o término do período da convocação anterior.

As convocações serão divulgadas no sítio www.iftm.edu.br. Se necessário, a instituição poderá entrar em contato diretamente com o (s) candidato (s) classificado (s). No ato da matrícula, será exigida a documentação relacionada no edital para o processo seletivo do referido curso.

A renovação da matrícula deverá ser efetuada pelo educando ou, se menor, pelo seu representante legal após o encerramento de cada período letivo, conforme definido no calendário acadêmico.

9.2 Periodicidade Letiva

Matrícula – periodicidade letiva: semestral.

9.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais e/ou semestral

Turno de funcionamento: noturno

Vagas/ turma: 35

Nº de turmas/semestre: 01 turma anual

Total de vagas: 35

9.4 Prazo de Integralização da carga horária

Integralização: 1.300 horas

Mínima: 04 semestres

Máxima: 08 semestres

9.5 Organização dos tempos e espaços de aprendizagem

Considerando as transformações constantes nos campos político, econômico, social e cultural, a organização social tem se estruturado de formas distintas em conformidade com seu percurso histórico.

Nesse contexto entende-se que a escola, *locus* privilegiado para a construção do conhecimento, precisa se adequar a essas mudanças proporcionando a reflexão sobre as formas de organização dos espaços escolares, com vistas ao atendimento tanto das demandas sociais como da formação dos discentes.

A realidade posta às escolas instiga o (re) pensar sobre os tempos e espaços escolares que há muito vinham se organizando de maneira a reforçar a fragmentação do conhecimento. Tem-se que, por um longo período, a sala de aula foi o único espaço destinado ao processo de ensinar e aprender. Nesta mesma direção, o tempo da escola e, também nela, tem sido fragmentado, confluindo na desintegração dos conhecimentos a serem construídos pelos discentes.

No entanto as demandas sociais atuais estabelecem novas exigências no que se refere aos aspectos de formação mais ampla e cidadã. Atualmente, repensar os espaços e os tempos de aprendizagens na escola torna-se fundamental devido à evolução tecnológica, comunicacional e informacional que influencia diretamente os processos construtivos da aprendizagem, contribuindo para que estes passem a considerar as experiências vivenciadas pelos discentes no seu cotidiano, tornando-se mais significativas.

Com a internet e as redes de comunicação em tempo real, surgem novos espaços de aprendizagem, que modificam e ampliam o que era feito em sala de aula. Antes o docente se restringia ao espaço da sala de aula, agora deve gerenciar também atividades a distância, visitas técnicas, orientação de projetos, ou seja, flexibilizando o tempo de estada em aula e incrementando outros espaços e tempos de aprendizagem (MORAN, 2004).

Nessa perspectiva, o Curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio assegura aos discentes tempos e espaços diversificados para o compartilhamento do conhecimento, proporcionando atividades formativas em salas de aula equipadas com aparelhos multimídia, em laboratórios informatizados com acesso à internet, além das visitas técnicas. Estas últimas, em especial, possibilitam uma melhor compreensão do campo de atuação profissional, favorecendo a articulação entre teoria e prática.

Ademais, também são realizadas atividades que contemplem a interdisciplinaridade como uma possibilidade para um ensino mais integrado e articulado entre os diferentes saberes, preconizando a formação integral do discente.

O referido curso tem a duração de dois anos, organizado em quatro períodos semestrais com aulas diárias, compreendendo horários de cinquenta minutos, de forma geminada ou não. Para além dos tempos e espaços preestabelecidos, os discentes têm a oportunidade de realizarem atividades de pesquisa e/ou extensão, colaborando para a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos na comunidade local, por meio de ações dialógicas que envolvem o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, pautadas nos princípios e valores necessários ao exercício da profissão e ao convívio social.

9.6 Matriz Curricular

TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO				
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
1º	Introdução ao Agronegócio	33h20	33h20	66h40
	Agricultura Familiar	33h20	0h00	33h20
	Informática Aplicada	33h20	33h20	66h40
	Cadeias Produtivas de Hortifruticultura	66h40	0h00	66h40
	Matemática Aplicada	33h20	33h20	66h40
	Comunicação e Redação Profissional	16h40	16h40	33h20
SUBTOTAL		216h40	116h40	333h20
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		

2º	Teorias Econômicas	33h20	33h20	66h40
	Gestão de Pessoas no Agronegócio	16h40	16h40	33h20
	Matemática Financeira	16h40	16h40	33h20
	Cadeias Produtivas de Carne, Leite e Derivados	33h20	33h20	66h40
	Contabilidade Rural	33h20	33h20	66h40
	Marketing no Agronegócio	33h20	33h20	66h40
	SUBTOTAL	166h40	166h40	333h20
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
3º		Teórica	Prática	Total
	Orientação de Estágio	16h40	16h40	33h20
	Cadeias Produtivas de Grandes Culturas	66h40	33h20	100h00
	Associativismo e Cooperativismo	33h20	0h00	33h20
	Gestão Financeira	33h20	33h20	66h40
	Projeto Integrador	0h00	33h20	33h20
	SUBTOTAL	166h40	100h00	266h40
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
4º		Teórica	Prática	Total
	Logística Agroindustrial	33h20	33h20	66h40
	Empreendedorismo	16h40	16h40	33h20
	Comercialização Agropecuária	33h20	33h20	66h40
	Gestão Ambiental	33h20	0h00	33h20
	Direito Agrário	33h20	0h00	33h20
	Optativa	33h20	0h00	33h20
SUBTOTAL	166h40	100h00	266h40	
SUBTOTAL GERAL		716h40	483h20	1.200h00
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO		100h00		
TOTAL		1300h00		
UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS				
UNIDADES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Libras		33h20	00h	33h20
Gestão da Qualidade		16h40	16h40	33h20
Negociação		16h40	16h40	33h20

9.7 Resumo da Carga Horária

1º período: **333h20**

2º período: **333h20**

3º período: **266h40**

4º período: **266h40**

Total: **1.200h**

9.8 Distribuição da Carga Horária Geral

Unidades Curriculares Obrigatórias (incluindo uma optativa): 1.200h00

Estágio: 100h00

Carga Horária total: 1.300h00

10 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Curso Técnico em Agronegócio busca criar recursos para que os educandos possam construir competências capazes de habilitá-los às mais diversas atividades na área de Agronegócio, e ainda, que trabalhem em equipe – com iniciativa, criatividade e sociabilidade – sendo capazes de enfrentar os desafios e as complexidades deste novo universo de conhecimentos. Busca, ainda, que os técnicos em Agronegócio formados no IFTM *Campus* Patrocínio – Polo Coromandel trabalhem sempre pautados na ética e valores morais que constituem um cidadão profissional.

Ao integrar trabalho, ciência, tecnologia, cultura e a relação entre sujeitos, busca-se uma metodologia que permita ao educando adquirir conhecimentos e compreender a tecnologia para além de um conjunto de técnicas, isto é, como construção social e histórica, instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício do cidadão, do trabalhador e do país.

Para que se tenha um profissional cidadão deve-se levar o discente a desenvolver habilidades básicas, tais como: ler e escrever bem, saber ouvir e comunicar-se de forma eficiente; ampliar habilidades socioemocionais, tais como responsabilidade, autoestima, resiliência, urbanidade, sociabilidade, integridade, autocontrole, empatia, resolução de problemas, criticidade, entre outros.

O curso Técnico em Agronegócio pauta-se na busca por uma concepção curricular interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar, de forma que as marcas das linguagens, das ciências e das tecnologias estejam presentes em todos os componentes, inter cruzando-se e construindo uma rede entre o teórico e o prático, o conceitual e o aplicado. Que o aprender a aprender, o aprender a conviver, o aprender a ser e o aprender a fazer, sejam constantes em todos os momentos de aprendizagem.

Nesse sentido, destacam-se alguns recursos metodológicos que poderão ser utilizados pelos professores:

- Provas;
- Método de ensino orientado por projetos;
- Prática em laboratórios e oficinas;
- Realização de pesquisas como instrumento de aprendizagem;
- Utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- Realização de visitas técnicas;
- Promoção de eventos;
- Realização de estudos de caso;
- Promoção de trabalhos em equipe;
- Seminário;
- Dinâmica de grupo;
- Atividades online;
- Avaliação diagnóstica;
- Resolução de problemas.

11 ATIVIDADES ACADÊMICAS

11.1 Estágio

De acordo com a Lei nº. 11.788, de 25/09/2008, a Orientação Normativa nº. 7, de 30 de outubro de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, o estágio escolar supervisionado caracteriza-se como ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à complementação do ensino-aprendizagem, a adaptação do estudante à atividade profissional, oportunizando o exercício da profissão.

O Art. 6º da Resolução nº. 129/2020, alterada pela Resolução IFTM nº. 200/2021, dispõe sobre as finalidades do Estágio Escolar Supervisionado:

- a) Constituir experiência acadêmico-profissional vinculada ao processo de ensino aprendizagem;
- b) Promover a inserção do(a) estudante nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas, éticas e culturais, bem como a adaptação ao mundo do trabalho;
- c) Promover a inserção do estudante nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas, éticas e culturais, bem como a adaptação ao mundo do trabalho;
- d) Propiciar ao(à) estudante oportunidades de desenvolvimento social e pessoal.
- e) Desenvolver competências profissionais em situações reais de trabalho;
- f) Propiciar ao estudante oportunidades de desenvolvimento social e pessoal (IFTM, 2020/2021).

11.1.1 Obrigatório

O estágio curricular supervisionado do curso Técnico em Agronegócio contempla 100 horas e seu início dar-se-á a partir do terceiro período letivo do curso.

Para iniciar as atividades, o educando deverá procurar a coordenação de estágio, solicitar a documentação necessária incluindo os trâmites legais, sendo necessário um professor orientador, preferencialmente da área objeto do estágio, sendo que este deverá ser docente do Polo Coromandel.

Antes e durante o estágio deverão ser programadas reuniões entre o educando e o orientador, tendo como objetivos:

- Analisar as atribuições e responsabilidades do estagiário no âmbito profissional;
- Auxiliar o estudante quanto à elaboração do plano de atividade de estágio, de relatórios em observância a legislação e normas pertinentes ao estágio.

O estágio curricular supervisionado só será aprovado pela Instituição, após receber da empresa concedente todos os documentos referentes à avaliação do estagiário. O educando deverá apresentar relatório referente ao estágio que será realizado em conformidade com a Resolução nº 129/2020, que aprova o Regulamento de Estágio do IFTM.

Os estudantes que exercerem atividades profissionais diretamente relacionadas ao curso, na condição de empregados devidamente registrados, autônomos ou empresários, durante o período de realização do curso, poderão aproveitar tais atividades como estágio, desde que previstas no plano de aproveitamento de estágio e contribuam para complementar a formação profissional.

A aceitação do exercício de atividades profissionais como estágio, dependerá de parecer do coordenador do curso e professores da área, que levarão em consideração o tipo de atividade desenvolvida e o valor de sua contribuição para complementar a formação profissional.

A avaliação realizar-se-á, simultaneamente e ao final do estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor da concedente, por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- I. avaliação do supervisor da concedente;
- II. relatório final avaliado pelo professor orientador;
- III. apresentação oral de estágio, avaliada por banca indicada pelo professor orientador e pela coordenação de estágio.

11.1.2 Não obrigatório

O educando do Curso Técnico em Agronegócio poderá também realizar o estágio não obrigatório ou de enriquecimento da formação profissional, ou seja, aquele que não constitui atividade obrigatória, durante ou ao final do curso, permitindo a ele adquirir experiências que sejam pertinentes às áreas de conhecimento e de atuação abrangidas pelo curso.

A carga horária do estágio de caráter optativo e não obrigatório poderá ser acrescida à carga horária regular e obrigatória e, ainda, ser aproveitado como parte das Atividades Complementares, de acordo com a Resolução IFTM nº 151, de 30 de junho de 2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

O acompanhamento das atividades de estágio será feito por um professor designado para esse fim, que dará as devidas orientações e os encaminhamentos necessários ao conjunto das atividades, quando for o caso, bem como sua comprovação, conforme disposto na regulamentação.

11.2 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais

Além das atividades em sala de aula, a Instituição proporciona frequentemente, de forma optativa, atividades de cunho científico e/ou cultural, seguindo orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 tais como:

- Monitorias;
- Projetos de extensão;

- Semanas técnicas;
- Projetos de iniciação científica;
- Projetos de ensino;
- Visitas orientadas por docentes etc.

Tais atividades devem ser estimuladas como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, bem como acrescentar ainda mais conhecimento aos estudantes, levando-os a realizar pesquisas e a desenvolver outras atividades sociais.

12 UNIDADES CURRICULARES

Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO AGRONEGÓCIO			
	CARGA HORÁRIA		
Período	Teórica	Prática	Total
1º	33h20	33h20	66h40
EMENTA			
<p>Conceito de agronegócio. Caracterização do agronegócio no Brasil. O agronegócio nos dias atuais. Principais cadeias produtivas do agronegócio. Sistemas agroindustriais. Verticalização e integrações agroindustriais. Desenvolvimento Sustentável do agronegócio.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceituar o agronegócio; ● Entender o agronegócio como um sistema; ● Identificar as principais cadeias produtivas do agronegócio; ● Reconhecer a importância econômica do agronegócio brasileiro a nível regional e nacional. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.</p>			

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999. Vol. I e II.

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão do Agronegócio**. São Carlos: Ed. EdUFSCar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALLADO, A. A. C. (Org.) **Agronegócio**. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2000.

Unidade Curricular: AGRICULTURA FAMILIAR

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	1º	33h20	00h00

EMENTA

Histórico e conceito da agricultura familiar. Reforma agrária. Importância econômica da agricultura familiar no Brasil. Principais atividades desenvolvidas pela agricultura familiar e a necessidade de diversificação. PRONAF. Agricultura familiar e segurança alimentar. Desenvolvimento regional e sustentabilidade no contexto da agricultura familiar.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Compreender o funcionamento da agricultura familiar;
- Compreender a necessidade de diversificação produtiva para o agricultor familiar;
- Diferenciar agricultura familiar de agricultura patronal;
- Compreender a importância social da agricultura familiar no contexto regional e nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. de. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2005.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. [org.]. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

JOSE NETO, J. **Agricultura familiar: processos educativos e perspectivas de reprodução social.** Curitiba: Appris Editora, 2018.

Unidade Curricular: INFORMÁTICA APLICADA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	1º	33h20	33h20

EMENTA

Introdução à tecnologia da informação, busca de compreensão da internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Definição de o que é informática. Caracterização da informática na formação do trabalhador. Noções de segurança na internet. Conceito de Hardware e Software. Orientações sobre o sistema operacional Windows. Noções de processamento de dados, edição de texto, apresentação de slides e planilha eletrônica. Aplicação das normas da associação brasileira de normas técnicas na edição de textos.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Adquirir as noções básicas de informática;
- Conhecer os conceitos básicos do funcionamento do computador;
- Formatar e estruturar textos apresentação de slides a partir de um software de edição;
- Elaborar planilhas eletrônicas de controles utilizando fórmulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, W. P. **Informática:** Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2012.

JOYCE, J.; MOON, M. **Windows 7:** rápido e fácil. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MANZANO, J. A. N. G. **Guia prático de informática.** São Paulo: Érica, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Mário Gomes da. **Informática:** terminologia básica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Power Point 2003/2. São Paulo: Érica, 2007.

VELOSO, F. **Informática:** conceitos básicos. 10. ed. São Paulo: Elsevier, 2017.

Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS DE HORTIFRUTICULTURA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	1º	66h40	00h

EMENTA

Considerações gerais de cadeias produtivas; Caracterização da situação econômica brasileira e mundial da hortifruticultura; Principais formas de manejo das espécies frutíferas e da olericultura; Aplicação da sustentabilidade em hortifruticultura; Análise dos impactos ambientais da hortifruticultura; Orientação sobre produção orgânica; Caracterização de pós-colheita, detalhamento de transporte e armazenamento; Estudo de aspectos fitossanitários; Análise do programa integrado de frutas (PIF); Aspectos de segurança alimentar e qualidade de produção.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Construir conhecimentos básicos da hortifruticultura, quanto a aspectos do papel econômico e social das mesmas e sua importância no panorama mundial e nacional;
- Conhecer as novas tecnologias disponíveis ao produtor, tratamentos culturais e formas de

manejo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. **Fruticultura: fundamentos e práticas**. Pelotas: UFPel, 1996.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3.ed. Viçosa: UFV, 2008.

FRONZA, D. **Fruticultura comercial: destaque para pequenas áreas**. Porto Alegre: Santa Maria, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços**. Brasília: Embrapa, 2012.

NEVES, L. C. **Manual pós-colheita da fruticultura brasileira**. Londrina: Eduel, 2018.

Unidade Curricular: MATEMÁTICA APLICADA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	1º	33h20	33h20

EMENTA

Operações com números reais, resolução de equações, introdução ao estudo de funções, estatística.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Realizar operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números reais;
- Resolver equações de polinomiais de primeiro grau, resolver equações polinomiais de segundo grau, resolver situações-problema envolvendo equações;

- Conceituar função e aplicar os conceitos de função afim e função quadrática na resolução de problemas;
- Construir e interpretar gráficos, calcular medidas de tendência central (média, moda e mediana), resolver situações-problema que envolvam esses conceitos básicos da estatística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos e funções**. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

MORETTIN, P. A. et al. **Cálculo: Funções de uma e várias variáveis**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIBONI, C. G. R. **Estatística Básica: para cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de Matemática Elementar: Matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva**. 1. ed. São Paulo: Atual, 2006.

SHITSUKA, R. et al. **Matemática fundamental para tecnologia**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2013.

Unidade Curricular: COMUNICAÇÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	1º	16h40	16h40

EMENTA

Importância e aspectos da comunicação empresarial – expressões e linguagens. Comunicação como formas de interação social. Produção textual; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas na produção de conteúdos técnicos. Comunicação empresarial como ferramenta na gestão do agronegócio, política de comunicação interna e com clientes e fornecedores. Ética no universo digital e dos meios de comunicação social.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Conhecer panorama da Comunicação Empresarial brasileira, com ênfase nos processos administrativo e comerciais;
- Utilizar a comunicação empresarial como ferramenta de controle gerencial;
- Elaborar textos técnicos e relatórios gerenciais;
- Promover a comunicação interna e externa empresa;
- Desenvolver relatórios e formulários administrativos e de controle de qualidade;
- Formar canais de comunicação empresarial nas mídias digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FÍGARO, R. **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. Editora: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, J. P. M. de. **A redação eficaz: como escrever com eficácia em qualquer situação de negócio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERLO, D. K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MEDEIROS, J. B. **Redação Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Unidade Curricular: TEORIAS ECONÔMICAS

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º	33h20	33h20	66h40

EMENTA

Fundamentos de economia. Fatores de Produção. Conceito de Microeconomia e Macroeconomia. Oferta e demanda. Produção e custos. Crescimento econômico. Inflação.

Desemprego. Política monetária. Economia brasileira. Economia e agronegócios.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o discente deverá ser capaz de:

- Compreender os conceitos básicos de economia;
- Estabelecer relação entre oferta e demanda no contexto do agronegócio;
- Estabelecer relação entre produção e custos no contexto do agronegócio;
- Analisar questões macroeconômicas e seus impactos no agronegócio;
- Compreender a importância do agronegócio para a economia brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIAMBIAGI, F.; BARROS DE CASTRO, L.; VILLELA, A.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier Campus, 2011.

SOUZA, N. de J. **Economia Básica**. 1. ed. São Paulo Editora Atlas, 2009.

VIAN, C. E. de F.; PELLEGRINO, A. C. G. T.; PAIVA, C. **Economia: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira**. Campinas: Alínea, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONTES, R. et al. **Economia: um enfoque básico**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ROSSETI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Unidade Curricular: GESTÃO DE PESSOAS NO AGRONEGÓCIO

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º	16h40	16h40	33h20

EMENTA

Conceitos básicos sobre a gestão de pessoas. Relações Humanas. A gestão de pessoas no contexto do agronegócio. Planejamento, recrutamento, seleção, remuneração e desenvolvimento de pessoas. Liderança, trabalho em equipe, ética e motivação.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Identificar as especificidades da gestão de pessoas no contexto do agronegócio;
- Compreender a importância da boa gestão de pessoas para os resultados;
- Auxiliar no planejamento da gestão de pessoas dentro de uma empresa inserida no agronegócio;
- Organizar toda a documentação relativa à gestão de pessoas produzindo relatórios para subsidiar decisões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: Papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas.

KOLB, D. A; RUBIN, I. M.; MCINTYRE, J. M. **Psicologia organizacional**: uma abordagem vivencial. São Paulo: Atlas, 1978.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Editora Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, I. **Remuneração, benefícios e relações de trabalho**: como reter talentos na organização. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

MINTZERG, H. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Unidade Curricular: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	2º	16h40	16h40

EMENTA

Estatística: Medidas de Tendência Central e Gráficos Estatísticos. Razão e Proporção, Regra de Três Simples e Composta, Juro e montante. Descontos simples. Juros compostos. Séries de pagamentos. Amortização de empréstimos. Anuidades. Operações financeiras realizadas no mercado. Função Financeira na empresa.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Desenvolver a habilidade para identificação e cálculos básicos envolvendo as operações financeiras, relacionando-as às situações do dia a dia das empresas e da sua própria vida, utilizando-se de uma calculadora financeira;
- Adquirir conceitos básicos sobre o valor do dinheiro no tempo, através de metodologias de cálculos que permitam subsidiar a tomada de decisão em operações financeiras;
- Conhecer as variáveis envolvidas nos cálculos de valores presentes e futuros e dos custos associados às alternativas de investimentos;
- Conhecer as ferramentas básicas da matemática financeira, por meio do ensino com calculadora HP12C e planilhas eletrônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CASTELO BRANCO, A. C. **Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP12C, Microsoft Excel**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

MATHIAS, W.; GOMES, J. M. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORGADO, A. C. de O. **Progressões e matemática financeira**. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2015.

MORRIS, C.; THANASSOULIS, E. **Matemática essencial para negócios e administração**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS DE CARNE, LEITE E DERIVADOS

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	2º	33h20	33h20

EMENTA

Estudo das cadeias Produtivas da carne, leite e derivados. Análise das tendências e cenários comerciais. Introdução aos sistemas de criação de bovinos e sua produção. Orientações sobre melhoramento genético, sanidade e reprodução dos bovinos. Estratégias de comercialização. Discussão de controle leiteiro. Caracterização de instalações e controle de qualidade do leite. Detalhamento de comercialização de produtos lácteos. Caracterização do sistema agroindustrial, exportação e mercados externos

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Analisar dados técnicos, econômicos e sociais de modo a identificar os gargalos na cadeia produtiva de bovinos de corte e leite;
- Desenvolver habilidades para a inovação, renovação e transferência de tecnologias para o campo;
- Adquirir conhecimentos quanto à viabilização econômica na cadeia produtiva da carne, leite e derivados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, R. C.; NUNEZ, C. V. **Cadeias produtivas e seus ambientes**. Manaus: Editora INPA, 2017.

PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). **Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional**. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.

SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V. B. P. **Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo**. Viçosa: Suprema, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, J. O. J.; GOTTSCHALL, C. S.; CHRISTOFARI, L. F. **Gestão na bovinocultura de corte**. Guaíba: Agrolivros, 2014.

CHAPAVAL, L.; PIERKARSKI, P. R. B. **Leite de qualidade**: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa/MG: Aprenda Fácil, 2000.

Unidade Curricular: CONTABILIDADE RURAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º	33h20	33h20	66h40

EMENTA

Contabilidade: conceito, objetivos, campo de aplicação. Contas patrimoniais e de resultado. Escrituração contábil. Demonstrativo e relatórios contábeis. A contabilidade como instrumento de avaliação, decisão e controle das atividades do agronegócio. Peculiaridades da atividade rural. Introdução à contabilidade rural. Classificação das atividades rurais e suas particularidades. Métodos de valorização de estoques nas atividades rurais. Cálculo e evidenciação de custos. Questões fiscais específicas. Demonstrações financeiras e gerenciais.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Entender os conceitos básicos de contabilidade e a estrutura do patrimônio das empresas do ramo do agronegócio;
- Desenvolver capacidade de interpretação e construção de relatórios contábeis e gerenciais;
- Calcular e gerenciar custos utilizando métodos custeio mais adequados a realidade da empresa;
- Elaborar relatórios composição de custos e despesas a fim de tomada de decisão;
- Estimar custo final de produtos e serviços ligados ao agronegócio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARION, J. C. **Contabilidade básica:** atualizada conforme a lei nº 11.638/07. 10. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. 2. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2012.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade básica fácil.** 29. ed. atual. e ampl. São Paulo/SP: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade Comercial:** atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2020.

MEGLIORINI, E. **Custos:** análise e gestão. 3. ed. São Paulo/SP: Pearson, 2012.

Unidade Curricular: MARKETING NO AGRONEGÓCIO

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	2º	33h20	33h20

EMENTA

Conceitos básicos de marketing. Marketing no contexto do agronegócio. Pesquisa de marketing em produtos do agronegócio. Decisões de produtos e marcas. Embalagens para produtos do agronegócio com foco em marketing. Comunicação de marketing no agronegócio. Estratégias para desenvolvimento de mercado. Ferramentas de marketing aplicadas ao agronegócio.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Compreender os conceitos básicos de marketing;
- Aplicar ferramentas de marketing no contexto do agronegócio;
- Auxiliar na estruturação e aplicação de uma pesquisa de marketing voltada à produtos do agronegócio;
- Auxiliar no desenvolvimento de uma estratégia de marketing dentro de uma empresa

do agronegócio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2012.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. **Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOLOMON, M. R. **O Comportamento do Consumidor**: comprando, possuindo e sendo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

LAS CASAS, A. L. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. São Paulo: Atlas, 2009.

Unidade Curricular: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	16h40	16h40	33h20

EMENTA

Aspectos legais e técnicos do estágio curricular obrigatório no curso técnico em agronegócio. Elaboração e apresentação de relatório de estágio seguindo às normas ABNT de linguagem. Aspectos metodológicos do relatório de estágio. Orientação e acompanhamento da construção do relatório de estágio.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Desenvolver observação e coleta de dados em campo;
- Analisar e sintetizar dados de pesquisa;
- Construir relatório de estágio segundo as normas vigentes e os aspectos

metodológicos pertinentes;

- Apresentar, perante uma banca de avaliadores, o relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2007.

BIANCHI, A. C. de M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS DE GRANDES CULTURAS

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	66h40	33h20	100h00

EMENTA

Introdução ao planejamento e execução das principais culturas anuais plantadas no Brasil e principalmente, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; observação de suas características agronômicas; Mercado de oferta e demanda nacional e mundial. Pontos críticos e fortes em relação à demanda e oferta. Legislação sobre culturas anuais.; Estudo de potencialidades e perspectivas futuras; Estudo de técnicas de cultivo; Pós-colheita e armazenamento.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Conhecer fundamentos teóricos e práticos sobre o sistema de produção de culturas anuais e/ou extensivas;
- Compreender a importância econômica e as etapas da cadeia produtiva das culturas;
- Entender a relação entre oferta e demanda e seus pontos críticos e fortes;
- Conhecer a legislação sobre culturas anuais;
- Avaliar os fatores de ordem técnica e correlacionar com os fatores ambientais, buscando a máxima expressão do potencial produtivo das culturas;
- Conhecer as tecnologias de pós-colheita e armazenamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). **Tecnologias de produção do milho**. Viçosa: Editora UFV, 2004.

PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da (Ed.). **Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011.

SEDIYAMA, T. **Tecnologias de produção e usos da soja**. Londrina: Mecenias, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004

SEDIYAMA, T. **Produtividade de soja**. Londrina: Mecenias, 2016.

Unidade Curricular: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	3º	33h20	0h00

EMENTA

Fundamentos de associativismo e cooperativismo. Histórico do cooperativismo. Princípios e valores do cooperativismo. Legislação cooperativista. Constituição de Cooperativas. Categorização de cooperativas. Cooperativismo no contexto do agronegócio. O sistema cooperativo no Brasil. Responsabilidade social das cooperativas e associações.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Compreender a importância do cooperativismo para o agronegócio brasileiro;
- Aplicar os conceitos de cooperativismo em atividades ligados ao agronegócio;
- Discernir entre uma empresa tradicional e uma cooperativa, inclusive as vantagens e desvantagens;
- Auxiliar no estudo de viabilidade de constituição de cooperativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, T. **Educação e Economia Popular Solidária**. Aparecida: Ed. Ideias & Letras, 2010.

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

SILVA, C. L. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

Unidade Curricular: GESTÃO FINANCEIRA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	3º	33h20	33h20

EMENTA

Fundamentos de gestão financeira. Funções e objetivos da gestão financeira. Mercado financeiro brasileiro. Aspectos da gestão do capital de giro. Aspectos da análise financeira da gestão operacional. Investimentos. Financiamentos.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Compreender as funções da gestão financeira dentro das organizações;
- Compreender a dinâmica de funcionamento do mercado financeiro brasileiro;
- Auxiliar na gestão do capital de giro;
- Auxiliar na análise financeira da gestão operacional;
- Levantar informações e auxiliar na tomada de decisão em investimentos e financiamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R. J.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WERKE, R. **Gestão Financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Unidade Curricular: PROJETO INTEGRADOR

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	0h00	33h20	33h20

EMENTA

Desenvolvimento de um projeto comercial no contexto do agronegócio desde a concepção até a análise dos resultados. O projeto e sua execução devem contemplar a análise de

viabilidade econômico/financeira, estratégia de execução, execução e mensuração e análise dos resultados.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Vislumbrar possibilidades de projetos comerciais no contexto do agronegócio;
- Desenvolver um planejamento básico de um projeto;
- Compreender os aspectos que envolvem a viabilidade de um projeto;
- Operacionalizar um projeto a partir de um planejamento;
- Mensurar e analisar os resultados de um projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINSMORE, P. C.; CAVALIERI, A. **Como se tornar um profissional em Gerenciamento de Projetos**: livro-base de "preparação para certificação PMP Project Management Professional". Rio de Janeiro, Qualitymark, 2011.

JACK, G.; CLEMENTS, J. P. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MOURA, D. G. **Trabalhando com Projetos**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERKUN, S. **A Arte do Gerenciamento de Projetos**. Porto Alegre (RS): Bookman, 2008.

VARGAS, R. **Manual Prático do Plano de Projeto**: utilizando o PMBOK Guide. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

Unidade Curricular: LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
4º	33h20	33h20	66h40

EMENTA

Fundamentos de logística e cadeia de suprimentos. Matriz de transporte brasileira:

atualidade e desafios. Armazenagem, processamento de pedidos e movimentação de materiais no contexto do agronegócio. Gestão de estoques. Classificação ABC. Aspectos básicos sobre custos logísticos.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Compreender a matriz de transporte brasileiro, principalmente no agronegócio, abrangendo suas dificuldades e desafios;
- Levantar informações para a tomada de decisão em logística agroindustrial;
- Auxiliar no processo de gestão logística dentro de empresas do agronegócio;
- Compreender os aspectos que envolvem a gestão de estoques no contexto agroindustrial;
- Categorizar e organizar os custos que envolvem todo o processo logístico agroindustrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de abastecimento: planejamento, organização e logística empresarial**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIAS, M. A. **Logística, transporte e Infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WANKE, P. F. **Logística e Transporte de Cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Unidade Curricular: EMPREENDEDORISMO

Período	CARGA HORÁRIA
----------------	----------------------

4º	Teórica	Prática	Total
	16h40	16h40	33h20
EMENTA			
<p>Fundamentos e estudos sobre o empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificação e análise de oportunidades no agronegócio. Ideia e inovação em empreendimentos. Ferramentas de modelagem de negócios.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos de empreendedorismo; ● Identificar as características de um empreendedor; ● Visualizar ideias e oportunidades de empreendimento no agronegócio; ● Auxiliar no desenvolvimento de uma análise de viabilidade de negócio. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BARON, R. A.; SHANE, S. A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>DEGEN, R. J. O Empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.</p> <p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FARAH, O. E.; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. (Org.). Empreendedorismo: Estratégia de sobrevivência para pequenas empresas. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JUNIOR, M. de M. Gestão Estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2010.</p>			
Unidade Curricular: COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA			
Período	CARGA HORÁRIA		

4º	Teórica	Prática	Total
	33h20	33h20	66h40
EMENTA			
<p>Fundamentos da comercialização de produtos agropecuários. Fluxos e canais de comercialização de produtos agropecuários. Mercados e preços agropecuários. Estratégias de comercialização e proteção contra risco. Comercialização agropecuária e contexto econômico internacional. Importação e exportação no contexto do agronegócio.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender a dinâmica do mercado agropecuário brasileiro; ● Auxiliar na escolha de fluxos e canais de comercialização dos produtos agropecuários; ● Entender como são formados os preços de produtos agropecuários; ● Compreender a dinâmica de mercados à vista e mercado futuro e todas as ferramentas utilizadas, inclusive às de proteção contra o risco; ● Manter atualizado sobre questões que envolvam a comercialização de produtos agropecuários, inclusive às relacionadas à economia internacional. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>AMARAL JÚNIOR, A. do. A solução de controvérsia na OMC. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. Comercialização de Produtos Agrícolas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.</p> <p>MICELI, W. M. Derivativos de Agronegócios: Gestão de Riscos de Mercado. São Paulo: Editora Saint Paul, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>LUZ, R. Comércio internacional e legislação aduaneira. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.</p> <p>WANKE, P. F. Logística e Transporte de Cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p>			

Unidade Curricular: GESTÃO AMBIENTAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	4º	33h20	0h00

EMENTA

Compreensão de conceitos e procedimentos de gestão ambiental em um empreendimento agropecuário ou que atua em áreas afins. Compreensão da política ambiental, legislação ambiental, estrutura organizacional dos órgãos públicos de gestão e fiscalização ambiental e da legislação ambiental básica. Processos de licenciamento ambiental, outorga de água, regularização do uso de áreas de preservação permanente em propriedades rurais. Enfoque holístico, relacionando as questões ambientais com o aproveitamento econômico dos recursos naturais visando o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o discente deverá ser capaz de:

- Reconhecer os principais problemas ambientais planetários, do Brasil e da região e a importância do desenvolvimento sustentável;
- Compreender o papel das políticas públicas na elaboração, seleção de agendas e instrumentos no desenvolvimento de políticas ambientais;
- Compreender o processo legislativo, hierarquia, elaboração de leis, normas, regulamentos, entre outros;
- Adquirir habilidades de compreensão de leitura e compreensão da Legislação ambiental;
- Identificar a estrutura e atribuições dos órgãos públicos de gestão ambiental nos níveis federal, estadual e municipal;
- Conhecer os procedimentos e processos de obtenção de licença ambiental, outorga de água e regularização do uso de áreas e de preservação permanente;
- Conhecer procedimentos básicos necessários à implantação de um Sistema de Gestão Ambiental em empreendimentos agropecuários e de áreas afins.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, P. R.; PEREIRA, R. **Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

BARSANO, P. R.; IBRAHIN, F. I. D.; PEREIRA, R. **Legislação Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Iniciação à Temática Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLESANTI, M. T. M. (Org.). **Agente Ambiental: Pensar no presente, agir no futuro**. Uberlândia: CCBE/Fundep, 2005.

NAVES, F. L. **Introdução ao estudo de gestão ambiental e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000.

Unidade Curricular: DIREITO AGRÁRIO

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
4º	33h20	0h00	33h20

EMENTA

Introdução ao Estudo do Direito Agrário: Noções gerais e delimitações conceituais de seus institutos primordiais, princípios diretivos e construção histórica. Regime legislativo do Estatuto da Terra. Função socioambiental da propriedade agrária. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Direito de Propriedade no meio rural. Justiça Agrária. Política Agrícola. Perspectivas sob o prisma da constitucionalização do Direito Agrário. Novo código florestal. Contratos Agrários: o trabalho rural e a tributação do Imóvel Rural.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o educando deverá ser capaz de:

- Conhecer aprendizados essenciais à profissão, noções gerais e específicas de direito fundamentais para sua futura atuação profissional;

- Entender o direito de maneira específica, com foco em legislações relacionadas à sua área de atuação profissional;
- Conhecer as legislações sobre propriedade e produção rural, justiça, política e reforma agrária, contratos, direitos trabalhistas e tributos agrários;
- Compreender de modo histórico e sistemático os principais conceitos, questões e debates da área da legislação agroindustrial e florestal;
- Reconhecer e analisar a ordem política e a realidade social mundial e brasileira para intervir criticamente nas práticas sociais e políticas do mercado profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTATUTO da terra. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TERCEIRO NETO, D. **Noções preliminares de direito agrário**. João Pessoa: UFPB, 1980.

ROCHA, O. A. de L. **A desapropriação no direito agrário**. São Paulo: Atlas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, P. **Curso de direito agrário: estatuto da terra, reforma agrária, contratos agrários e pecuários, formulários, jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. In: **Direito agrário brasileiro**. 2011. p. xxvi, 260-xxvi, 260.

12.1 UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS

Unidade Curricular: LIBRAS			
Período 4º	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	33h20	00	33h20
EMENTA			
Teorias e práticas da LIBRAS. Noções básicas de léxico, morfologia e síntese. Aspectos			

clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. Sistema de transcrição SignWriting. Lei 10.436. Status da língua de sinais no Brasil e cultura surda.

OBJETIVOS

Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:

- Introduzir as concepções sobre surdez;
- Possibilitar o conhecimento teórico-prático relacionado a LIBRAS;
- Investigar a história da língua brasileira de sinais enquanto elemento constituidor do sujeito surdo;
- Favorecer a discussão e a reflexão sobre o sistema de transcrição SignWriting;
- Promover o conhecimento sobre as variações linguísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS;
- Preparar profissionais para melhor atender a demanda, cumprindo as exigências da legislação nacional na área de atendimento às pessoas com surdez;
- Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua Brasileira de Sinais dentro de uma proposta bilíngue;
- Propiciar aos educandos instrumentos para a construção de conhecimentos e exploração da Língua Brasileira de Sinais e a cultura surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, F. **Dicionário ilustrado de LIBRAS**. São Paulo: Global, 2011.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** São Paulo: Editora Parábola, 2009.

LODI, A.; HARRISON, K.; CAMPOS, S.; TESKE, O. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Editora Meditação, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

SONZA, A. P. **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: Pensando a Inclusão Sociodigital de PNE**. Bento Gonçalves: IFRS, 2013.

Unidade Curricular: GESTÃO DA QUALIDADE			
Período 4º	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	16h40	16h40	33h20
EMENTA			
<p>Histórico e fundamentos da gestão da qualidade. Importância da gestão da qualidade na obtenção de resultados. Ferramentas gerenciais da gestão da qualidade. Principais certificações de qualidade no agronegócio. Gestão da qualidade em serviços.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender a importância da gestão da qualidade na obtenção de resultados na produção agropecuária; ● Auxiliar na implantação e manutenção de ferramentas de gestão da qualidade no agronegócio; ● Conhecer as principais certificações de qualidade no agronegócio e seus benefícios. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASSARD, M. Qualidade ferramentas para uma melhoria contínua. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, Casos Práticos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>VIEIRA FILHO, G. Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática. 5. ed. Campinas: Alínea, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>WERKEMA, C. Métodos PDCA e DMAIC e Suas Ferramentas Analíticas. Rio de Janeiro: Campus, 2012.</p>			

Unidade Curricular: NEGOCIAÇÃO			
Período 4º	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	16h40	16h40	33h20
EMENTA			
<p>Negociação e mediação: conceitos e definições. Etapas do processo de negociação. Perfis de negociadores. Gestão de conflitos e acordos. Inteligência emocional em negociação. Negociação e o processo decisório. Ética nas negociações.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Ao final da unidade curricular o estudante deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer os perfis de negociadores; ● Planejar e executar uma negociação no contexto do agronegócio; ● Conduzir uma negociação observando os conceitos de inteligência emocional; ● Mensurar o impacto das negociações no processo decisório. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FERREIRA, G. Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013.</p> <p>LAX, D. A. Negociação 3-D: ferramentas poderosas para modificar o jogo nas suas negociações. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MELLO, J. C. F. de. Negociação baseada em estratégia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>DONALDSON, M. C. Negociação para leigos: dicas reais para conseguir melhores negócios e mais dinheiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.</p> <p>FISHER, R. Como chegar ao SIM: Como negociar acordos e fazer concessões. 3. ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Solomon, 2014.</p>			

13 INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Primando pela sua missão, o IFTM *Campus* Patrocínio, busca assegurar em suas atividades acadêmicas, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mediante o envolvimento da comunidade acadêmica em projetos de iniciação científica e tecnológica, no âmbito do ensino.

A instituição incentiva e apoia atividades extracurriculares como visitas técnicas, atividades de campo e desenvolvimento de projetos de pesquisa com a participação dos estudantes.

13.1 Relação com a Pesquisa

O princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão será assegurado mediante o envolvimento dos professores e estudantes em projetos como os de iniciação científica, programas de monitoria e atividades complementares e de extensão.

Nesse sentido, as atividades docentes deverão oportunizar aos estudantes, constantemente, condições de participação em projetos individuais ou de grupos de pesquisa. Devem ser instigadas ainda pesquisas voltadas para solucionar os problemas encontrados no cotidiano do profissional da área de Agronegócio e da sociedade, utilizando assim o conhecimento como uma ferramenta no auxílio das intempéries sociais. Grupos de Pesquisa poderão ser criados imbuídos da certeza de uma política institucional de valorização do discente, do professor e de suas capacidades de inserção no mundo da pesquisa, do trabalho e da cidadania. Tais grupos podem ser estruturados a partir de uma área de concentração contemplando pesquisas e estudos que visam a incrementar o conhecimento de realidades científicas, socioeconômicas culturais e suas diversas interrelações de modo promover a formação científica emancipatória do profissional a ser habilitado.

Utilizando-se de projetos de fomento e de parcerias com a iniciativa privada, o IFTM incentiva a pesquisa, por meio de editais próprios, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), incluindo a modalidade “Ações Afirmativas” e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), fomentados institucionalmente e por órgãos externos como a FAPEMIG e o CNPq. O fomento à pesquisa é um compromisso explicitado em nossa visão de futuro que defende a relevância de suas produções científicas em prol da sociedade.

Nesta perspectiva, a atividade investigativa visa contribuir para a qualidade do ensino, o exercício aprofundado de uma atitude crítica e de pesquisa, para fortalecer o desempenho profissional dos estudantes, nos seus campos específicos ou em campos de interface interdisciplinar.

Deve-se buscar linhas de pesquisas que estejam presentes em todo o trajeto da formação do trabalhador. Tem-se o desafio de, através das pesquisas realizadas, gerar conhecimento que serão postos a favor dos processos locais e regionais, como visto em Pacheco (2011, p. 30):

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização nos planos nacional e global.

13.2 Relação com a Extensão

A extensão é concebida pelo IFTM *Campus* Patrocínio como parte do processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre o instituto e a sociedade.

A extensão pode diminuir as barreiras entre a instituição de ensino e a comunidade em ações em que o conhecimento sai das salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado por meio da aplicação prática. O processo ensino-aprendizagem conta com esta ferramenta valiosa: a atividade de extensão.

O IFTM apoia e incentiva atividades extracurriculares onde o educando é estimulado a produzir atividades relativas ao seu curso para mostrar para a comunidade, bem como participar de diversos minicursos e palestras. Além disso, constitui-se condição ímpar para a obtenção de novos conhecimentos e troca de experiências com profissionais de outras instituições e com a comunidade, através do desenvolvimento de atividades interdisciplinares como uma poderosa ferramenta de contextualização do ensino acadêmico.

13.3 Relação com os outros cursos da Instituição ou área respectiva.

Considerando os objetivos e finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apreende-se que é responsabilidade dessas instituições, além de reafirmar a educação como bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometer-se com a oferta verticalizada do ensino (QUEVEDO, 2016).

A verticalização entre a educação básica e superior visa permitir que professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, compartilhem os espaços de aprendizagem e estabeleçam uma inter-relação de saberes. Dessa forma, esse princípio possibilita “a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica” (PACHECO, 2012).

Nesse sentido, o Curso Técnico em Agronegócio concomitante ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Coromandel, relaciona-se com o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial. Ambos compartilham do mesmo eixo tecnológico, Gestão e Negócios, bem como dialogam com os mesmos elementos, podendo dividir os mesmos espaços.

A verticalização vai muito além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, pois, considerando a tecnologia como elemento transversal, viabiliza um rico, e diverso, diálogo entre as formações.

14 AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente onde o professor e os estudantes são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar os progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias. Por ser uma tarefa complexa e contínua do processo educativo, a avaliação não deve se resumir a aplicação de provas e atribuição de notas, ela visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência com os objetivos propostos e orientar a tomada de decisões em relação às atividades seguintes (SAVIANI, 2013).

Segundo Libâneo (2013), a avaliação é componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões com relação às atividades didáticas seguintes. O entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos, não resumindo as avaliações

apenas a aplicação de provas escritas ao final de um período letivo ou apenas baseadas nas percepções subjetivas de docentes e discentes.

Saviani (2013) apresenta algumas características da avaliação escolar:

- a) Refletir a unidade objetivos-conteúdos-métodos: Os objetivos explicitam os conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser compreendidos, assimilados e aplicados, por meio de métodos de ensino adequados e que se refletem nos resultados obtidos;
- b) Possibilitar a revisão do plano de ensino: O diagnóstico da situação dos alunos ao iniciar uma nova etapa, as verificações parciais e finais são elementos que possibilitam a revisão do plano de ensino e reordenamento do trabalho didático;
- c) Ajudar a desenvolver capacidades e habilidades: As atividades avaliativas devem ajudar os alunos a crescerem e devem concorrer para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos e visam diagnosticar como professores e escola têm contribuído para isso;
- d) Voltar-se para a atividade dos alunos: Devem centrar-se no entendimento de que as capacidades dos alunos se expressam no processo de atividade em situações didáticas, sendo insuficiente restringir as avaliações ao final dos períodos letivos;
- e) Ser objetiva: devem ser capazes de comprovar os conhecimentos que foram realmente assimilados pelos alunos de acordo com os conteúdos e objetivos;
- f) Ajudar na percepção do professor: devem fornecer informações para que o professor possa avaliar o desenvolvimento do seu próprio trabalho.

A avaliação escolar não deve ser utilizada apenas com o intuito de aplicar provas, classificar estudantes, recompensar ou punir baseado no comportamento dos discentes, ou avaliar baseado apenas em critérios subjetivos. Deve cumprir suas funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle do processo educativo, refletindo o grau de aproximação dos discentes aos objetivos definidos em relação ao desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais face às exigências da vida social.

O processo de avaliação inclui procedimentos e instrumentos diversificados, tais como: provas, debates, portfólios, montagem de projetos, diário do discente, relatórios, exposição de trabalhos, pesquisas, análise de vídeos, produções textuais, arguição oral, trabalhos individuais e em grupos, monografias, auto avaliação, diálogos, memórias, relatórios de aprendizagem, dossiês, observação baseada em critérios pré-estabelecidos (desenvolvimento intelectual, relacionamento com os colegas e o professor, desenvolvimento afetivo, organização e hábitos pessoais), a entrevista, ficha sintética de dados dos discentes, entre outros.

14.1 Sistema de Avaliação, Recuperação da aprendizagem e Aprovação

A formalização do processo de avaliação no curso Técnico em Agronegócio concomitante ao ensino médio, Polo Coromandel do *Campus* Patrocínio, será feita ao longo do semestre letivo, sendo distribuídos 100 (cem) pontos. Para aprovação em cada unidade curricular o educando deverá obter, no mínimo, 60(sessenta) pontos distribuídos no decorrer do semestre letivo.

A avaliação será processual e cumulativa, comportando tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. Os aspectos objetivos de uma avaliação podem ser expressos em quantidade de acertos e erros e constituem a dimensão quantitativa do processo. Já a dimensão qualitativa da avaliação se realiza pela análise dos aspectos subjetivos, e envolve uma série de fatores, tais como a consideração da etapa de escolarização em que os discentes se encontram; a complexidade dos temas/conceitos previstos para o período letivo; orientações ou ênfases dadas em sala; os materiais recomendados previamente às situações de avaliação; dentre outros.

Essa dimensão subjetiva/qualitativa é influenciada, ainda, pela observação que professores e equipe fazem dos discentes em situação de ensino e avaliação. Essa observação pode referir-se tanto à participação (não necessariamente fala/exposição) do educando em sala de aula ou quanto à sua desenvoltura na construção do conhecimento em avaliações discursivas.

Esses dados de observação, aliados às expectativas que os professores e a escola têm em relação ao potencial de realização de cada estudante, de certa forma, influenciam no julgamento das respostas às questões ou de outras propostas mais abertas de trabalho.

O resultado final das atividades avaliativas desenvolvidas em cada unidade curricular, em relação ao período letivo, quanto ao alcance de objetivos e/ou de competências, será expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com o quadro a seguir:

A	O estudante atingiu seu desempenho com excelência.	De 90 a 100.
B	O estudante atingiu o desempenho com eficiência.	De 70 a menor que 90.
C	O estudante atingiu o desempenho necessário.	De 60 a menor que 70.
R	O estudante não atingiu o desempenho mínimo necessário.	De 0 a menor que 60

O estudante será considerado aprovado na unidade curricular quando obtiver, no mínimo, conceito “C” na avaliação da aprendizagem e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada unidade curricular.

14.1.1 Dos Estudos de Recuperação

A recuperação da aprendizagem deverá desenvolver-se de modo contínuo e paralelo ao longo do processo pedagógico, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo de ensino e aprendizagem detectadas ao longo do período letivo. Divide-se em recuperação paralela e recuperação final, seguindo os seguintes critérios:

- Os mecanismos e metodologias adotados nos momentos de estudos e atividades avaliativas de recuperação paralela e final não poderão ser os mesmos já aplicados em sala de aula.
- O momento de estudos e de atividades avaliativas da recuperação devem acontecer dentro do turno de aula do discente.
- No caso de o educando obter pontuação inferior nas atividades de recuperação paralela e/ou final com relação à obtida em sala de aula regular, deverá prevalecer a nota maior obtida.

O professor da unidade curricular é o responsável pelo planejamento e desenvolvimento dos estudos de recuperação paralela e recuperação final da aprendizagem, bem como da aplicação e correção das atividades avaliativas por ele propostas e o lançamento de notas.

As atividades mencionadas no planejamento da recuperação paralela e final poderão ser entre outras:

- I. Atividades individuais e/ou em grupo;
- II. demonstração prática, seminários, relatório, portfólio, exercícios escritos ou orais, pesquisa de campo, experimento, produção de textos;
- III. produção científica, artística ou cultural.

A carga horária destinada aos estudos de recuperação não poderá fazer parte do cômputo da carga horária total da unidade curricular ou do curso.

Os estudos de recuperação, ora mencionados, serão sempre ofertados em conformidade com o Regulamento de Organização Didático-Pedagógica para os Cursos Técnicos do IFTM.

No calendário escolar são previstas reuniões bimestrais dos Conselhos de Classe com docentes, discentes e coordenadores pedagógicos para conhecimento, análise, reflexão e

direcionamento quanto aos procedimentos acima adotados e resultados de aprendizagem alcançados.

Dentre as ações relativas à avaliação os cursos técnicos, há ainda, o Conselho de Classe que é um órgão de reflexão, discussão, decisão, ação e revisão da prática educativa. Portanto, deve promover a permanência e a conclusão com êxito dos estudantes no curso. Tem caráter prognóstico e deliberativo. Caráter prognóstico porque deve diagnosticar problemas cotidianos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, a partir da análise dos resultados quantitativos e qualitativos com vistas à promoção de condições de recuperação de eventuais defasagens. Caráter deliberativo porque deve analisar e deliberar sobre a situação final de desempenho de estudantes não aprovados no período letivo.

Cada Conselho de Classe é constituído pelo conjunto de professores que atuam no mesmo ano, pela Coordenação do Curso e pela Equipe Pedagógica.

As reuniões desses Conselhos de Classe são realizadas ao menos uma vez a cada bimestre e cumprem – de acordo com os preceitos legais nacionais – a função de discutir, propor e decidir sobre as alternativas mais adequadas ao desenvolvimento dos discentes, tendo em vista suas particularidades. Essas particularidades referem-se às modalidades de aprendizagem, ao histórico de escolarização, à dinâmica familiar ou a outras circunstâncias que possam afetar o rendimento acadêmico.

Além disso, o Conselho de Classe deve atuar visando à análise qualitativa de cada caso, e tem o poder de indicar processos de recuperação, aprovação ou retenção no ano, toda vez que os discentes não atingirem os critérios de aprovação estabelecidos pela instituição.

Após o término do período letivo, os Conselhos de Classe definirão os casos de aprovação, ou reprovação, considerando o sistema de avaliação vigente e o desempenho global dos discentes ao longo do ano.

Em caso de ausência às avaliações, o educando deverá, dentro do prazo de dois 02 (dois) dias letivos, após o seu retorno às atividades acadêmicas, apresentar requerimento com a devida justificativa e documentação à CRCA (Coordenação de Registro e Controle Acadêmico), solicitando nova oportunidade (segunda chamada). No prazo de 02 (dois) dias letivos, a CRCA, encaminhará o requerimento com a justificativa aos docentes responsáveis para apreciação. Se o parecer for favorável, o docente terá prazo de 05 (cinco) dias letivos para tomar as providências necessárias, informando ao interessado com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quanto à data, horário e local da nova oportunidade de avaliação. Faz-se a ressalva que a atividade avaliativa decorrente de nova oportunidade deverá ser norteadada pelos mesmos critérios da avaliação correspondente.

O educando que não comparecer as aulas no dia em que houver apresentação de tarefas, caso não haja justificativa legal a ser apresentada ao professor da respectiva unidade curricular, perderá a pontuação atribuída a esta atividade.

Os procedimentos de registro da avaliação acadêmica obedecem à legislação vigente, sendo complementados e regulamentados pelas normas internas da instituição. Como forma de garantir aos educandos o acompanhamento dos estudos de recuperação da aprendizagem, deverão ser organizados horários de atendimento ao discente, com atividades diversificadas de forma individual e/ou coletiva, conforme Regulamento dos Cursos Técnicos de Nível Médio desta instituição de ensino. À medida que se constate a insuficiência do aproveitamento e/ou da aprendizagem do educando, o professor deverá propor atividades, estratégias e técnicas de ensino diferenciadas, visando atender às especificidades e à superação das dificuldades no seu percurso acadêmico.

14.1.2 Estudos de Dependência

Os estudos de dependência se constituem em uma possibilidade/oportunidade para aqueles discentes que se reprovaram, por frequência ou aproveitamento, nas unidades curriculares cursadas nos períodos em que se encontram matriculados.

Desse modo o Regulamento da Organização Didático-pedagógica para os cursos técnicos de nível médio do IFTM assegura que,

Art. 179. Nos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio na modalidade presencial, os estudantes com reprovação em alguma unidade curricular, deverão cursá-la em regime de dependência.

Art. 180. O regime de dependência será desenvolvido de acordo com as possibilidades da instituição, nas seguintes modalidades, preferencialmente na seguinte ordem:

- I - em regime regular do próprio curso ou em outros cursos da instituição;
- II - em unidades curriculares especiais, na modalidade presencial, que poderão ser programadas em horários extraturno;
- III - na modalidade semipresencial, sob a forma de programa especial de estudos, conforme especificado na seção III desse capítulo (IFTM, 2020).

Ao final do período letivo faz-se necessária a identificação dos educandos reprovados nas unidades curriculares para que sejam rematriculados.

14.2 Auto avaliação do Curso

A avaliação da proposta pedagógica do Curso tem como objetivo consolidar a qualidade de ensino, realizada periodicamente pelo corpo docente, discente e comunidade escolar. Pautada pelos princípios da democracia e autonomia, a avaliação consistirá em um instrumento fomentador de mudanças e atualização, que atuará em consonância com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que é um órgão institucional de natureza consultiva, no âmbito dos aspectos avaliativos nas áreas acadêmica e administrativa.

A avaliação institucional, realizada em consonância com a CPA, abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão desta instituição de ensino. Este processo avaliativo deve ser contínuo para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e da prestação de contas à sociedade.

O IFTM *Campus* Patrocínio Polo Coromandel busca, na sua auto avaliação, os indícios necessários para aperfeiçoar sua atuação, visando a um melhor atendimento à sua comunidade acadêmica, à sociedade brasileira e às necessidades de nossa região e do país.

15 ATENDIMENTO AO DISCENTE

Os educandos do curso Técnico em Agronegócio do Polo Coromandel terão atendimento e acompanhamento pedagógico permanente, por meio da coordenação do curso, coordenação do Polo, setor pedagógico e coordenação de apoio ao estudante. Este atendimento e acompanhamento envolvem a orientação de procedimentos do curso, do perfil profissional, do currículo, acompanhamento nas definições e orientações do estágio curricular obrigatório, bem como nas questões de aproveitamento de estudos, reposição de atividades educacionais e atividades de estágio, dentre outras do cotidiano acadêmico.

A instituição prestará apoio constante às atividades de visitas técnicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa pelo corpo docente, com a participação dos educandos.

Com a finalidade de auxiliar os discentes com dificuldades/defasagem de aprendizado serão desenvolvidas ações que podem compreender:

- **Monitorias:** algumas unidades curriculares contam com monitores (orientados pelo professor) para auxílio nos estudos extra sala dos discentes. Esta atividade, além de oferecer reforço de conteúdo, proporciona condições distintas de aprendizagem e iniciação profissional;

- **Horários de atendimento a discentes:** cada docente reserva, no mínimo, duas horas semanais (extra horário de aula) para atendimento aos discentes;
- **Grupos de estudos:** direcionados pelos professores das unidades curriculares, os grupos de estudos integram discentes que se reúnem para estudo, recuperação de conteúdos e desenvolvimento de projetos.

O IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Coromandel poderá contar com setores de acompanhamento e orientação dos educandos, sendo:

- **NAPNE:** visando atender os discentes com necessidades educacionais específicas, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas tem como finalidade assegurar condições para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar dos discentes com necessidades específicas (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) na Instituição de acordo com o Regulamento específico.
- **Setor Pedagógico:** o Setor Pedagógico oferece atendimento individual e em grupo, especialmente nas questões pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento humano e melhoria do relacionamento entre discentes, pais e professores, beneficiando a aprendizagem e a formação do estudante.
- **NEABI:** o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas/IFTM. Este núcleo organiza atividades que contemplam os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.
- **NEDSEG:** com a finalidade de promover estudos, pesquisas e ações científicas e políticas p/ as questões de gênero, sexualidade e diversidade no IFTM, o Núcleo de Estudos sobre a Diversidade, Sexualidade e Gênero é de natureza permanente, propositiva, consultiva e de assessoramento vinculado à Assessoria de Ações Inclusivas-AAI da Pró Reitoria de Ensino-PROEN do IFTM.
- **Biblioteca:** auxilia nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de promover a democratização do conhecimento prestando os seguintes serviços: referência; orientação e /ou busca bibliográfica (manual e automatizada); comutação bibliográfica; empréstimo domiciliar; normalização bibliográfica; visita orientada; treinamento de usuários.
- **Assistência estudantil:** disponibiliza bolsas para os estudantes, por meio do Programa de Bolsas Acadêmicas que tem como finalidade oferecer bolsas a estudantes de cursos regulares presenciais de nível médio, graduação e pós-graduação do IFTM. Há, ainda, o Programa de Assistência Estudantil, com a finalidade de conceder Auxílio Estudantil – apoio financeiro

para participação em atividades e eventos fora da Instituição – e Assistência Estudantil com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência dos estudantes dos cursos regulares presenciais do IFTM.

- **Coordenação de Registro e Controle Acadêmico:** oferece atendimento e orientação acadêmica, expedição de documentos, acesso eletrônico ao Portal do educando e aos documentos normatizadores do Instituto.
- **Coordenação de Pesquisa:** fomenta o desenvolvimento de projetos de pesquisas, sob a coordenação e orientação de docentes, oferecendo aos discentes a oportunidade de participarem destes projetos, além de oferecer subsídios para o acesso aos programas de Iniciação Científica de órgãos de fomento, como a Fapemig e o CNPq, bem como programas internos.
- **Coordenação de Extensão:** desenvolve ações de extensão que envolvem a participação dos discentes do curso.
- **Coordenação de Estágios e Acompanhamento de Egressos:** auxilia no encaminhamento dos discentes às empresas para estágios e é responsável por elaborar e manter atualizado o banco de dados de egressos dos cursos da Instituição, além de promover pesquisas e ações junto aos egressos que sirvam de subsídio ao aprimoramento dos currículos dos cursos.

Vale mencionar que o acompanhamento de egressos no *Campus Patrocínio Polo Coromandel* será realizado pela Coordenação de Acompanhamento de Egresso, através de um programa de cadastramento sistemático com informações sobre continuidade de estudos, inserção profissional no mercado de trabalho e outras informações de caráter pessoal.

O programa de acompanhamento de egressos objetiva:

- a) Realizar o encaminhamento do egresso aos postos de trabalho a partir de solicitações das empresas;
- b) Promover a avaliação e a retroalimentação dos currículos com base em informações fornecidas pelos ex-alunos sobre as suas dificuldades e facilidades encontradas no mundo do trabalho;
- c) Organizar cursos de atualização que atendam a interesses e necessidades dos egressos, em articulação com as atividades de extensão.

16 COORDENAÇÃO DE CURSO

O Curso será administrado por um coordenador – profissional da área.

Coordenador do Curso: Professor José Geraldo Fernandes Peres de Souza

Carga Horária: 40h

Titulação: Mestrado em Administração.

A coordenação desempenha atividades inerentes às exigências do curso e aos objetivos e compromissos do IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Coromandel, contando dentre outras, com as seguintes atribuições:

- a) Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias, Direção Geral do campus, Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, Colegiado de Cursos e NDE;
- b) Promover o acompanhamento, a análise e a avaliação contínua e periódica dos cursos, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, o NAP, o Colegiado e o NDE, propondo as medidas necessárias à melhoria da qualidade do curso a partir dos resultados;
- c) Orientar e acompanhar os estudantes quanto à matrícula (renovação de matrícula), à realização de exames e de provas e à integralização do curso, bem como demais procedimentos acadêmicos;
- d) Analisar e emitir parecer sobre alterações curriculares, encaminhando-as aos órgãos competentes;
- e) Analisar e emitir pareceres acerca de processos acadêmicos e administrativos no âmbito do curso;
- f) Pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação curricular de estudantes, subsidiando o Colegiado de curso, quando necessário;
- g) Participar da elaboração do calendário acadêmico;
- h) Elaborar o horário do curso, em articulação com as demais coordenações;
- i) Convocar e presidir reuniões do curso e/ou colegiado e/ou do NDE;
- j) Presidir as reuniões do NDE e executar, em conjunto com os demais membros, as providências decorrentes das decisões tomadas;
- k) Orientar e acompanhar, em conjunto com o NAP, o planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares, atividades acadêmicas e desempenho dos estudantes;
- l) Representar o curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos à Instituição;
- m) Coordenar, em conjunto com a equipe pedagógica, o processo de elaboração, execução e atualização do Projeto Pedagógico do Curso junto ao NDE;
- n) Analisar, homologar e acompanhar, em conjunto com o NAP, os planos de ensino das unidades curriculares do curso;
- o) Incentivar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do respectivo curso;
- p) Analisar e emitir parecer sobre a aceitação de matrículas de estudantes transferidos ou desistentes ou portadores de graduação, de acordo com as normas vigentes;
- q) Implementar ações, em conjunto com o corpo docente, buscando subsídios que visem a permanente atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- r) Participar e apoiar a organização de atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, seminários, simpósios, cursos, dentre outras);
- s) Apoiar as atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, cursos, seminários, simpósios e demais eventos acadêmicos pertinentes) em conjunto com a Coordenação de Extensão e NAP, constituindo comissões, se necessário;

- t) Participar da organização e implementação de estratégias de divulgação da instituição e do curso;
- u) Atuar de forma integrada com a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA;
- v) Propor ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos, bem como sua manutenção;
- w) Implementar, de forma integrada com o corpo docente, ações para a atualização e a solicitação do acervo bibliográfico, laboratórios específicos e material didático-pedagógico;
- x) Participar do processo de seleção dos professores e/ou tutores (especificamente para a EaD) que irão atuar no curso;
- y) Verificar e apoiar o planejamento e a condução do estágio supervisionado dos estudantes, em conjunto com a coordenação de estágio e setores competentes;
- z) Coordenar e articular a realização das atividades referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- aa) Estimular, promover e acompanhar, em conjunto com o NAP, a formação continuada de professores, em consonância com os objetivos específicos do curso;
- bb) Cadastrar, gerir, acompanhar e homologar os registros no Sistema Acadêmico, necessários para a integralização curricular dos estudantes durante o curso;
- cc) Informar os recursos laboratoriais necessários e a bibliografia recomendada para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem implementadas no curso, acompanhando a devida aquisição;
- dd) Zelar pelo cumprimento das normas internas da Instituição e da legislação vigente, no âmbito do curso e da área de conhecimento;
- ee) Acompanhar, homologar, cadastrar e informar os dados necessários para os processos de regulação, de credenciamento institucional, de reconhecimento e de renovação do reconhecimento de curso, perante as instâncias superiores internas e externas;
- ff) Executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afins ou lhe tenham sido atribuídas (IFTM, 2020a).

16.1 Equipe de apoio e atribuições: colegiado do curso, professor orientador de estágio, Núcleo de Apoio Pedagógico e coordenadores, professores.

16.1.1 Setor Pedagógico

O Setor Pedagógico visa assegurar a implementação de políticas e diretrizes educacionais dos vários níveis/modalidades de ensino. De acordo com a Resolução IFTM n.º 183/2021, o Setor Pedagógico é responsável pela orientação e acompanhamento da execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), atendimento didático pedagógico aos estudantes, planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações pedagógicas de apoio às

atividades de ensino, pesquisa e extensão, fundamentando-se na busca pelo aperfeiçoamento do processo educativo de modo a:

- I. assegurar a implementação e a correta execução das políticas e diretrizes educacionais dos diferentes níveis e modalidades de ensino do IFTM;
- II. agir preventivamente nas situações que possam desencadear o fracasso escolar, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e;
- III. propor e participar de ações que favoreçam a inclusão educacional no ambiente acadêmico (IFTM, 2021).

Este setor se propõe, ademais, a acompanhar as atividades acadêmicas, a apoiar docentes – no planejamento das atividades de ensino e na prática educacional – e a assessorar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e os colegiados de cursos.

16.1. 2 Colegiado de curso

De acordo com a Resolução 131/2011, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos cursos do IFTM, este se trata de um órgão deliberativo, normativo, técnico consultivo e de assessoramento.

São algumas competências do colegiado:

- I. Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias e Direção Geral do campus;
- II. Apreciar, emitir parecer e encaminhar à análise e possível aprovação do Conselho Superior, as alterações propostas pelo NDE para adequações no Projeto Pedagógico do Curso, bem como no respectivo currículo do curso;
- III. Homologar, no início do período letivo, os planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os com o Projeto Pedagógico do Curso;
- IV. Promover sistematicamente e periodicamente avaliações do curso;
- V. propor medidas para o aperfeiçoamento e integração do ensino, pesquisa, extensão e gestão do curso, tendo como referência os resultados da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- VI. Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógicas necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso no âmbito de cada campus;
- VII. Analisar e definir a oferta de novas vagas e de vagas remanescentes do curso, para cada período letivo, e encaminhá-la à diretoria de ensino, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico (IFTM, 2011).

Além disso, observando-se as normas institucionais, o colegiado tem por finalidade o acompanhamento da implementação do projeto pedagógico, a proposição de alterações do currículo e o planejamento e avaliação de atividades acadêmicas referentes ao curso.

16.1.3 Professor orientador de estágio

De acordo com a Resolução IFTM nº 129, de 16 de dezembro de 2020, que trata do regulamento de estágio dos cursos técnicos de nível médio e graduação (tecnólogos e bacharelados) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), compete ao professor orientador:

- I. homologar, juntamente com a coordenação de curso, o requerimento de estágio obrigatório e não obrigatório;
- II. orientar, acompanhar e avaliar o estudante durante toda a realização do estágio;
- III. avaliar e conferir o relatório de estágio;
- IV. presidir a banca de apresentação oral do estágio, quando for o caso;
- V. avaliar as instalações da concedente de estágio, por meio do relatório final (IFTM, 2020).

17 CORPO DOCENTE

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	RT
Bianca Gonçalves	Pedagogia	Especialista	Horista
Dayse Menezes Dayrell	Biologia	Especialista	Horista
Gislene Castro	Letras	Especialista	Horista
Guilherme Ricardo Ferreira Assis	Direito	Mestre	Horista
Hélia Francinet Calixto Cortes	Letras	Especialista	Horista
Juliana Perissin	Médica Veterinária	Especialista	Horista
Leonardo Ramos	Zootecnia	Especialista	Horista
Renato Furtado	Agrimensura	Técnico	Horista
Welerson Resende	Medicina Veterinária	Especialista	Horista

18 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nível superior: 02

20h: 01

30h: 01

40h: 00

Nível intermediário: 01

20h: 01

30h: 00

40h: 00

Nível de apoio: 01

20h: 00

30h: 01

40h: 00

18.1 Corpo técnico administrativo

Doutor: 00

Mestre: 01

Especialista: 01

Aperfeiçoamento: 00

Graduação: 00

Médio Completo: 01

Médio Incompleto: 00

Fundamental Completo: 01

Fundamental Incompleto: 00

Total de servidores: 04

19 AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO

19.1 Salas

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
Salas de aula	01	35,75
Salas de aula	01	32,76
Salas de professores	01	
Salas de estudos	01	
Auditório	01**	
Secretaria	01	

Biblioteca	01*	181,09
Laboratórios	02	40,78
Laboratório de informática	01	40,78

** As dependências da biblioteca física serão utilizadas pelos estudantes e professores do Polo Presencial IFTM Coromandel, por meio de parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Coromandel e a Faculdade Cidade de Coromandel.*

*** O Polo Presencial IFTM Coromandel utilizará o auditório da Casa da Cultura.*

19.2 Biblioteca

Entende-se que o conhecimento construído ao longo do tempo, especialmente sistematizado em livros e outras fontes de informação, deve ser objeto de pesquisa, estando disponível para colaborar com a construção do aprendizado e atividades estudantis e profissionais.

Nesse sentido, a biblioteca do Polo IFTM Coromandel conta com um acervo virtual, disponibilizada a todos os alunos como também a biblioteca física em parceria com a Faculdade Cidade de Coromandel - FCC, localizada à Av. Adolfo Timóteo da Silva, 433, no Brasil Novo, na cidade de Coromandel – MG.

Desse modo as referências elencadas no PPC do curso estarão disponibilizadas aos estudantes pela biblioteca virtual e/ou pela biblioteca física, as quais serão direcionadas pelos professores das respectivas unidades curriculares.

A biblioteca do Polo Coromandel do IFTM - *Campus* Patrocínio atende aos estudantes, técnicos e docentes, em horário regular de aula.

19.3 Laboratórios de formação geral

O IFTM *Campus* Patrocínio Polo Coromandel possui um laboratório de informática, equipado com 35(trinta e cinco) máquinas para uso dos discentes, para pesquisa e outras formas de estudos relacionados às unidades curriculares do curso ou a outras dimensões de interesse e necessidades de formação dos educandos, dispondo de salas equipadas com computadores conectados à internet e interligados em rede, possuindo também nobreaks, impressoras e projetor multimídia.

20 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

ITEM	QUANTIDADE
Amplificador/Potência 500W RMS/MAX 310	02
Caixa Acústica NOV IKNEO/LIRIC	04
Data Show MP516 Preto	02
Flip Chart	01
Lousa portátil	03
Nobreak 1500 VA SMS	02
PC para lousa com teclado e mouse (CPU Megawave - Slim Black)	02
Quadro interativo de 100"	02
Rack piso 19' 16UX 570 branco	02

21 DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente, cabe à Instituição de Ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com especificações cabíveis.

Os certificados de técnico indicam o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando a área a qual se vincula.

Os históricos escolares, que acompanham os certificados e diplomas, indicam, também, as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso.

21.1 Certificação Intermediária

Os conhecimentos adquiridos ao longo de experiências do curso Técnico em Agronegócio podem ser aproveitados mediante a certificação de conhecimentos trabalhados nos componentes curriculares. Assim sendo, o curso técnico em Agronegócio possibilita ao discente requerer as Certificações Profissionais Intermediárias, de acordo com as unidades curriculares cursadas. Esta certificação poderá ser concedida ao estudante mediante solicitação junto à CRCA, pelo próprio estudante ou por seu representante legal.

De acordo com o Decreto Federal nº. 5154, de 23 de julho de 2014, em seu artigo 6º:

Art. 6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão à obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão (BRASIL, 2014).

Ao final dos 1º, 2º e 3º períodos, o discente estará apto a obter uma certificação intermediária, como Assistente Administrativo, que possibilitará seu ingresso no mundo do trabalho.

21.2 Certificação final

Para obter a certificação de Técnico em Agronegócio, do eixo tecnológico Recursos Naturais, o educando deverá ser aprovado em todas as Unidades Curriculares, equivalentes à carga horária de 1.200 horas e cumprir o estágio curricular supervisionado com carga horária mínima de 100 horas, totalizando 1.300 horas.

REFERÊNCIAS

FJP. Fundação João Pinheiro. **Pib do agronegócio de Minas Gerais teve saldo positivo em 2020**. Publicado em abril de 2021. Disponível em: < [IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estatísticos do município de Coromandel**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/coromandel/pesquisa/13/78117> > Acesso em 23 mar. 2022.](http://fjp.mg.gov.br/pib-do-agronegocio-de-minas-gerais-teve-saldo-positivo-em-2020/#:~:text=PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20de%20Minas%20Gerais%20teve%20saldo%20positivo%20em%202020,-Alta%20produtividade%20do&text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,%25%20para%2022%2C6%25.> Acesso em 23 mar. 2022</p></div><div data-bbox=)

IFTM. **Resolução 131/2011, de 19 de dezembro de 2011**: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 16 nov. 2020.

IFTM. **Resolução IFTM nº 183 de 06 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a revisão e atualização do Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=5dee2ce94c75fc75cbb0264e55847093> Acesso em 17 maio 2022.

IFTM. Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 55/2021 que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=232293fcd15f4e006b96c1b3f7c81ea7> Acesso em 17 maio 2022.

IFTM. Resolução IFTM nº 229 de 23 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre a aprovação e atualização do Regimento Interno do Campus Patrocínio. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=dee88da2b06a87e157bbe0cddd16ce89> Acesso em 17 maio 2022.

IFTM. Resolução IFTM nº 129, de 16 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 45/2020, que versa sobre o regulamento de estágio dos cursos técnicos de nível médio e graduação (tecnólogos e bacharelados) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=76040b908997655a01a0f74dc8ca3688> Acesso em 17 maio 2022.

IFTM. Resolução IFTM nº 200, de 06 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a alteração da Resolução n. 129/2020 – Regulamento de Estágios dos cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=ea96dfa8e51953e064f3f4dc5f1ea4d5> Acesso em 17 maio 2022.

IFTM. Resolução MEC/IFTM nº 103, de 29 de outubro de 2020. Dispõe sobre alteração do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Resolução n. 047/2020.

Disponível em:

<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=78726014bca26672dd3cda1c234ccd6b> Acesso em 17 maio 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. São Paulo, Heccus, 2013.

PACHECO, E. M. **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

QUEVEDO, Margarete de. **Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** concepção (ões) e desafios no IFRS / Margarete de Quevedo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.